

Radicalismo econômico

Programa dos economistas do PSDB no Instituto FHC

Um programa de oposição radical por Vinicius Torres Freire	1
Para equipe do Real, reduzir taxa de juro agora exige paciência por Denise Neumann	3
O futuro segundo os pais do Real, por Maria Cristina Fernandes	5

Um programa de oposição radical por

Vinicius Torres Freire

Folha de S. Paulo, 28.08.11

*Para economistas tucanos,
'transição completa' do país
depende de privatização
ampla, geral e irrestrita*

ECONOMISTAS UM dia associados ao governo tucano e a FHC têm um programa contra "tudo isso que está aí", como dizia o PT nos tempos fernandinos.

É um programa de oposição ao desenvolvimentismo acidental dos petistas. À herança econômica do estatismo militar (1964-85). À ideia de implantar um Estado de bem-estar social no Brasil, "à moda europeia"; à Carta de 1988.

Linhas de força desse "programa" foram apresentadas em seminário do Instituto FHC, na semana passada. Os expositores eram André Lara Rezende, Edmar Bacha, Gustavo Franco, Pedro Malan e Pêrsio Arida.

O seminário era um debate intelectual, não reunião partidária, claro. Mas o que se pregava por lá?

Primeiro, redução de gasto público e impostos de modo a permitir o aumento da poupança, do poder de decisão privado sobre poupança e investimento e, de quebra, a queda dos juros.

Não se trata só da ladainha sobre gasto excessivo e inflação. Não se trata de coisa pequena, mas:

1) da limitação legal da despesa pública (ideia de Malan);

2) de equilíbrio orçamentário que dê conta não só do deficit anual (2,2% do

PIB) mas ainda da monstruosa rolagem da dívida que deveria ser amortizada anualmente (17% do PIB. Ideia de Franco);

3) de reforma fiscal-constitucional que reconhecesse a ilusão de que poderemos ter um "welfare state" europeu (Malan e Franco).

Segundo, propôs-se privatização, claro. Mas não só de empresas restantes ou da infraestrutura de serviços públicos. De um modo metafórico, mas não muito, propôs-se a "privatização" das reservas internacionais (ativos e moedas conversíveis comprados pelo BC, grosso modo dólares).

Isto é, sugeriu-se a liberdade geral de manter moeda no exterior (o que, hoje, pouparia o governo/BC de gastar na compra de dólares a fim de conter a valorização do real).

Em suma, pede-se a abertura da fronteira final das finanças (ideias de Franco e Arida), o que redundaria num mercado de câmbio mais equilibrado, além de reduzir ineficiências e incertezas que prejudicam investimentos do e no Brasil etc.

Propôs-se privatizar os recursos ou a gestão dos fundos de poupança obrigatória, como FGTS e FAT (Arida e Franco). Ou dar cabo do crédito dirigido por leis ou pelo governo (o dinheiro da poupança para habitação; o crédito rural).

Em 2010, o FGTS bancou investimentos de R\$ 45 bilhões (63% em habitação, 24% em infraestrutura, 10% em saneamento). Dos R\$ 41 bilhões do FAT, 50% foram para seguro-desemprego, 21,5% para o abono salarial e 11,5% para o BNDES.

Franco e Arida dizem que tais fundos expropriam o trabalhador (não rendem de fato quase nada) e beneficiam empresários com empréstimos baratinhos ("fisiologia industrial", no dizer de Franco). Além do mais, distorcem o mercado de crédito e impedem a queda dos juros. Sob gestão livre e privada, renderiam mais para os trabalhadores; a alocação de capital seria mais eficiente no país.

É um programa radical. É ignorado pela oposição, se é que os tacanhos tucanos do PSDB de hoje ainda merecem tal nome.

Politicamente, o "programa" não tem corpo nem alma. Mas é um bom debate num país em que o mercado é travancado e o Estado está fora do lugar.

Para equipe do Real, reduzir taxa de juro agora exige paciência

Denise Neumann

Valor Económico, 26.08.11

Para Pedro Malan, ex-ministro da Fazenda: modelo do bem-estar social que o Brasil persegue já está em discussão nos países ricos

O Brasil optou pelo mix errado de política económica em 2008 e perdeu uma oportunidade de fazer expressiva redução na taxa básica de juros quando o mundo entrou em crise após a queda do banco Lehman Brothers. Agora, a redução da taxa Selic exige paciência ou um novo momento de "ruptura". O diagnóstico, mais ou menos consensual, foi desenhado ontem pela equipe do Plano Real - o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e, por ordem alfabética, André Lara Resende, Edmar Bacha, Gustavo Franco, Pedro Malan e Pêrsio Arida.

O grupo foi reunido pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) para discutir a "Transição incompleta e dilemas da (macro) economia brasileira". No debate, além do diagnóstico, ensaiaram propostas do que é preciso fazer para que o país possa ter taxas mais baixas de juros. A premissa básica da proposta tucana é conhecida - reduzir o gasto público (especialmente o "mau" gasto público) e com isso (mas não só) elevar a poupança doméstica. Isso não significa, porém, que sua execução seja fácil, como foi ressaltado pelos debatedores.

Durante o painel, contudo, surgiram propostas complementares. Algumas já haviam aparecido no passado, mas foram "recuperadas". Pêrsio Arida levantou a discussão da necessidade de enfrentar algumas "distorções institucionais" e listou três, que lhe parecem "óbvias" - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a caderneta de poupança.

A distorção que Arida aponta é bem diferente daquela que lhe poderia ser imputada pelos trabalhadores ao saber que o sócio do BTG Pactual e ex-presidente do Banco Central está falando do assunto. Ele não defendeu o fim da contribuição, mas um maior direito dos trabalhadores de administrar esses recursos ou de escolher quem o faça por eles. "Hoje, o dinheiro sai do bolso do trabalhador para empresários escolhidos pelo governo", observou.

Para Arida, tanto os recursos do FGTS como do FAT e da poupança poderiam, se usados de outra forma - mais competitiva -, ser um instrumento auxiliar na redução da taxa de juro, pois permitiriam o aumento da poupança privada.

Fazendo uma comparação entre o mecanismo que permitiu a redução da taxa de inflação (a URV) e a necessidade de reduzir a taxa de juros, os formuladores do Plano Real têm claro que não existe um mecanismo capaz de reeditar - para os juros - o que foi feito para a inflação em 1994 e tem sido, com esforço, mantido desde então. Por isso, a convicção de que o enfrentamento desse problema exige "paciência" e visão de longo prazo.

O ex-ministro da Fazenda Pedro Malan defendeu como uma medida eficaz estabelecer um limite para o crescimento do gasto público. "No fim de 2005, o então ministro Antonio Palocci tentou implementar esse mecanismo, mas a proposta foi chamada de rudimentar", disse Malan, sem citar a autora da comparação na época, a então ministra-chefe da Casa Civil, hoje presidente Dilma Rousseff,.

Além da adoção de medidas deste tipo - com compromissos legais definidos e "críveis" -, Malan colocou mais um adendo ao debate que o país deverá enfrentar até conviver com taxas de juros mais baixas. O Brasil, disse, ainda olha para o sistema de bem-estar europeu como modelo a ser perseguido, mas a continuidade desse "modelo" está em discussão nos países ricos porque há escassez de recursos para sustentá-lo. Para Gustavo Franco, hoje da Rio Bravo Investimentos, a questão fiscal nos países ricos talvez arraste o Brasil para a discussão e o enfrentamento da mesma questão.

Assim, com cautela, o debate de redução do gasto público, incluindo o Estado de bem estar social, surgiu no debate. No Brasil, o gasto social já atinge 24% do Produto Interno Bruto (PIB), lembrou Edmar Bacha, hoje co-diretor da Casa das Garças, um instituto de estudos. "Mas apenas 2% são efetivamente direcionados para a população pobre", acrescentou.

A discussão do gasto público passa pela escolha do padrão de desenvolvimento, observou Bacha, aproveitando para lembrar que o primeiro leilão de concessão de um aeroporto (o de São Gonçalo do Amarante, no começo da semana) teve ágio de mais de 200%, o que indica que a iniciativa privada vê oportunidades que o setor público não vislumbra.

Bacha mostrou aos presentes os primeiras conclusões da atualização de um estudo feito em parceria com o professor Régis Bonelli, da Fundação Getulio Vargas (FGV). Pelas contas, o país perdeu capacidade de crescer porque o custo do investimento está mais caro, porque cada real investido em "unidades de capital (máquinas ou construção) gera menos PIB e porque o governo hoje poupa só 2% do PIB, ante 5% nos anos 70 (milagre econômico). "Tudo isso tornou 4% nosso novo percentual normal de crescimento", disse. E há pouco que possa ser feito para elevar esse patamar.

Além da trajetória gradual para reduzir os juros - e que exige "paciência" - o outro caminho não depende só do país, mas pode aparecer na forma de enfrentamento da crise que se desenha nos países ricos. Se uma nova situação como a de 2008 se desenhar, pode-se abrir uma oportunidade para uma redução mais acentuada. "Mas você precisaria de uma excepcionalidade para criar um outro patamar de juros", observou Arida.

Para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, é preciso construir, na sociedade e com ela, uma agenda para enfrentar as mudanças que são necessárias. Para ele, a percepção que existia em relação à inflação ainda não o existe em relação ao gasto público e ao papel do Estado. Por isso, também, a dificuldade de fazer o debate do que é preciso enfrentar para, entre outras mudanças, reduzir o tamanho da taxa de juros.

Valor Econômico, 26.08.11

O futuro segundo os pais do Real, por Maria Cristina Fernandes

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso pedia que os palestrantes se ativessem ao tempo que lhes estava destinado para não atrasar o cronograma do seminário: "Alguns aqui trabalham. Poucos".

À sua volta estava toda a árvore genealógica do Plano Real: Pedro Malan, Pérsio Arida, Edmar Bacha, André Lara Resende e Gustavo Franco. Às 10h da manhã de ontem contavam-se poucos assalariados no pequeno auditório do Instituto Fernando Henrique Cardoso. Além de Luís Stuhlberger (CSHG), Bernard Menciaer (ex-BNP Paribas), Felipe Reischtul (ex-Petrobras), Celso Lafer (Fapesp), Roberto Teixeira da Costa (Bovespa), alguns intelectuais - José Arthur Gianotti, Bóris Fausto, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Lourdes Sola - misturavam-se a uma maioria de silentes espectadores do que os pais do Real teriam a dizer sobre o futuro da economia brasileira.

Os palestrantes, convidados a discutir por que a transição da economia brasileira restava incompleta, convergiram para o diagnóstico já conhecido de que o país gasta demais e que, por isso, arrisca-se a perder oportunidade histórica de reduzir a taxa de juros. Pérsio Arida, o único a falar sem fazer uso de gráficos ou tabelas, foi o que mais se aproximou de um programa a ser oferecido à oposição, ainda que de viabilidade política duvidosa.

Dilema é convencer os eleitores de problemas futuros

Questionava a razão pela qual a taxa de poupança no Brasil é tão baixa. Arriscou palpites culturalistas como o de que os pais brasileiros, ao contrário dos anglo-saxões, custeiam a educação dos filhos. E fez digressões sobre a tradição latinoamericana de poupar menos se comparada à asiática até pousar nos recursos que bancam o BNDES.

Avisou que trataria de um tema polêmico e politicamente indigesto. "O FGTS é um dos impostos mais regressivos que existe. É uma poupança compulsória do trabalhador. Sai do bolso dele e vai para o do empresário. Será que o trabalhador que elege seus representantes não tem condição de administrar seus próprios recursos?"

Se o FGTS tutela o trabalhador, o FAT, na sua opinião, pressiona a taxa de juros - "A Selic precisa ser mais alta para remunerá-lo" - e, como direciona o crédito, acaba criando distorções na economia.

Da plateia, Gianotti comentou que faltava uma oposição para propor mudanças. Fernando Henrique contestou-o dizendo que não faltava oposição mas compreensão do que estava se passando. "É isso que estamos fazendo aqui. Temos que entender que eles [o governo] estão financiando empresário com dinheiro do trabalhador".

Reichstul perguntou por que na época em que o PSDB foi governo - e Arida presidente do BNDES - não se promoveu uma reforma das fontes de financiamento do banco. Ficou sem resposta.

Maria Hermínia perguntou o que fazer, por exemplo, com investimentos em saneamento, por exemplo, financiados, em grande parte, com recursos do BNDES. Arida respondeu-lhe com uma história de quando presidiu o Banco Central. Disse que ao chegar lá encontrou um imposto que os bancos pagavam pela emissão de cheque sem fundo, o funcheque. Esse imposto era repassado aos juros. Resolveu zerá-lo. Percebeu aí que seus recursos eram canalizados ao MEC e repassados às gráficas que imprimiam livros escolares e financiavam campanhas. "Parte do dinheiro efetivamente virava livro escolar. É o melhor arranjo? Não, certamente não é o mais eficiente".

"Aprendi com vocês o que é bem público", replicou Maria Hermínia, numa referência ao conceito econômico de bens universalmente usufruídos sem dispêndio. A professora chamava atenção para incompatibilidades entre a eficiência da economia e o bem estar social.

Um pouco antes Malan tinha dito que a crise financeira mundial explicitara os limites do Estado de bem estar social promovido por meio do gasto público: "Os que tinham a Europa como modelo vão precisar rever seus conceitos".

Gianotti não conseguiu conter a impaciência: "Desde o último artigo que li de Gustavo Franco tive a impressão de que vocês descreem da impossibilidade de se prover o welfare state. Mas o que pretendem fazer com essa gente?".

Gustavo Franco fez-se de desentendido: "A Lei de Responsabilidade Fiscal cuida do limite da dívida. E quem cuida do limite do gasto? Não é o welfare state que está em questão, mas a necessidade de se compatibilizar receita e despesa".

Fernando Henrique tentou fazer a ponte. Situou o buraco em que está metido o PSDB ao explicar que, ao contrário do que acontecia na época da inflação, as pessoas não percebem mudanças na política econômica como necessárias porque a conta quem vai pagar são as gerações futuras e não quem hoje está usufruindo do crescimento.

O ex-ministro da Fazenda fez uma crítica indireta à presidente Dilma Rousseff com quem Fernando Henrique tem feito gestos públicos de aproximação. Malan apontava os equívocos na visão de que o Brasil, dados os crescentes vínculos de sua economia com a Ásia e o fortalecimento do mercado interno, estaria blindado da crise mundial sem cortar gastos. E lembrou o momento em que, no primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-ministro Antonio Palocci, o atual ministro Paulo Bernardo e outros ex-titulares da fazenda como Delfim Netto, subscreveram proposta de limite ao crescimento do gasto. "A ideia foi considerada rudimentar", lamentou Malan, referindo-se ao termo cunhado pela então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff sobre o plano.

Ao concluir a mesa, o diretor do IFHC, Sérgio Fausto, reportou o impasse político, que chamou de 'situação aflitiva', para levar à rua as propostas daquele debate: "O movimento pelo Real aconteceu num momento de desarticulação do sistema político. Agora está tudo articulado".

Fernando Henrique reconheceu que as mudanças gestadas pelos formuladores do PSDB ainda carecem de viabilidade política porque o governo hoje está alinhavado social e empresarialmente: "Há acertos lícitos (BNDES) e ilícitos (corrupção) no atual arranjo. A economia cresce e há uma base sólida de cumplicidade. A conjuntura não é favorável a mudanças".

Fausto revelou ter convidado todos os líderes da oposição. Ninguém foi. Além dos aliados de Dilma, alguém tem que se ocupar da desarticulação.

**Maria Cristina Fernandes é editora de Política. Escreve às sextas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br**